

# Os recursos do Tesouro

Com o Plano Collor, deve o Tesouro Nacional ter aumentado a sua dívida interna. É difícil calcular quanto, uma vez que, nas últimas semanas, houve grande modificação nos ativos financeiros. Mas a novidade é que o Erário está contratando uma dívida pública a custo muito inferior àquele do passado, passando a dispor de recursos que poderá "vender" com grandes lucros. O que fará com este dinheiro?

Somente daqui a alguns dias se poderá conhecer a composição da dívida interna. Provavelmente houve forte redução, sob forma de títulos do governo que a agravavam. Mas, em compensação, a União tornou-se devedora das cadernetas de poupança, que até agora representando títulos privados passaram a ser, com o Plano, títulos da dívida interna. O mesmo ocorre com os depósitos em cruzados novos. Tudo leva a pensar que mesmo com a redução da dívida em títulos públicos, a do Tesouro aumentou.

É verdade que o serviço dessa dívida terá diminuído considera-

velmente, por se limitar à correção monetária (que poderá ser nula), e a juros de 6% que serão aliás largamente compensados pelos impostos a ser pagos sobre os saques das contas desbloqueadas. Se nos lembrarmos de que em janeiro os encargos da dívida mobiliária representaram 93.870 milhões de cruzados novos e de que o déficit foi de 13.094 milhões, poderemos imaginar que será relativamente fácil reduzir o déficit público nos primeiros meses.

Com esta nova dívida interna — que de *overnight* se transformou em compromisso de 18 meses —, o Tesouro terá ainda outra vantagem: poderá, através do sistema de leilões de liquidez atenuar consideravelmente seu débito. Admitte-se que tal redução poderá ser de 50%!...

Pode-se antever que durante meses não se assistirá a emissões de moeda. O montante do papel em circulação, no final de fevereiro, era de 87 bilhões de cruzados novos: afirma-se agora que o Plano transferiu ao Tesouro cerca de 130 bilhões de dólares, ou seja,

perto de 5.300 bilhões de cruzeiros, o que demonstra a desnecessidade de emissões.

O que fará o governo com tal quantia é a grande questão. Imagina-se que embora não tendo necessidade de emitir títulos públicos (os quais dificilmente poderia colocar no mercado), terá todavia de fazer a rolagem da dívida, a qual, em janeiro, representava 1.230 bilhões de cruzados novos. Naturalmente, é sempre perigoso deixar nas mãos do governo somas tão elevadas, o que o estimula a gastar mais. Não havendo pressões de caixa fica mais difícil controlar os gastos. É um fator que deve ser levado em conta.

Cumpra que o Planalto esteja bem atento aos problemas de liquidez da economia. Para impedir uma recessão que pode assumir dimensões alheias à plena consciência das nossas autoridades monetárias, requer-se injetar recursos na economia. Há, para tanto, diversos meios: em primeiro lugar, os leilões, que certamente serão malvistos pelas empresas por representarem grande perda

motivada pelos mecanismos da transformação de novos cruzados em cruzeiros.

O câmbio, mediante intervenção do Banco Central, pode ser outro instrumento de liquidez, mas ao que parece, até agora não se mostra o instituto de emissão disposto a intervir para fazer crescer a taxa cambial. O crédito à agricultura representa outro meio para injetar liquidez, com a grande vantagem de poder-se, deste modo, evitar uma queda da produção agrícola por falta de créditos de custeio.

Deve o governo, porém, ir mais longe: por ter transferido tantos recursos do setor privado ao setor público, cabe-lhe assumir a responsabilidade de uma política anti-recessionista, acelerando investimentos na infraestrutura do País e aplicações de cunho social, que devolverão parte da liquidez ao sistema privado, ora à beira de um colapso. Urge que o Banco Central, agora o grande árbitro da situação, mostre-se sensível a esses problemas.